

ATA DE REUNIÃO
TEMA – 27ª Reunião da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação.

Nº	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
8	Matriz de Saldos Contábeis
9	Ranking da Qualidade de Informações Contábeis e Fiscais (ponto de pauta adiado para o dia 10/05/2019)
10	PCASP 2020
11	Ementário da Receita 2020
12	Potencialidades no uso de dados de Finanças Públicas dos entes da Federação

Data	Hora (início)	Hora (término)	Relator
09/05/2019	9h00	17h00	Equipe Genop/Genoc

COORDENADORES DA CCONF

GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM - SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO - COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

BRUNO RAMOS MANGUALDE - COORDENADOR DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Equipe Técnica - STN/CCONF

Nome		Nome	
JEANNE VIDAL DE ARAÚJO	GENOP	ADRIANO SODRE DE MORAES	GENOC
MARIA JOSÉ P. YAMAMOTO	GENOP	ANA KAROLINA ALMEIDA DIAS	GENOC
CLÁUDIA MAGALHÃES D. R. DE SOUSA	GENOP	DANIELA MONTEIRO RODRIGUES DE LIMA	GENOC
DANIELE MUNIZ DE O. SILVA	GENOP	BRUNO ORSI TEIXEIRA	GENOC
MELISSA ARACEMA JUSTUS	GENOP	WASHINGTON NUNES LEITE JUNIOR	GENOC
LEANDRO MOREIRA SOUTO	NUCOF	GABRIELA LEOPOLDINA ABREU	GENOC
CRISTINA VIEIRA QUINTÃO	NUCOF	ERIC GONÇALVES	NUCOF
ALISON DE OLIVEIRA BARCELOS	NUCOF	GISLAINE MESSIAS DE LIMA	NUCOF
CRISTINA QUINTÃO VIEIRA	NUCOF	RAFAEL DANILO DE SALES LEAL	NUCOP
RENATO PEREZ PUCCI	NUCOP	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX

PARTICIPANTES - Membros Titulares e Assessores Técnicos

Instituição Representada	Titular	Assessor Técnico
ACADÊMICOS DE NOTÓRIO SABER	RICARDO ROCHA DE AZEVEDO	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS (ABRASF)	LUCY FÁTIMA DE ASSIS FREITAS	ERICSSON MARCEL SALAZAR PINTO
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	SUANI ALVES DOS SANTOS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (ABRACOM)	VITOR MACIEL DOS SANTOS	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	MARCOS ANTÔNIO DA COSTA	JOSEDILTON ALVES DINIZ
ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON)	MAZERINE HENRIQUE CRUZ LIMA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	CÂMARA DOS DEPUTADOS	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM)	DIANA VAZ DE LIMA	MARCUS SANTOS
	JOSE RAFAEL CORREA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)	PATRÍCIA SIQUEIRA VARELA	FELIPE SEVERO BITTENCOURT
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	CLEITON AMAURY DA CRUZ DIAS	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
COORDENAÇÃO DA CCONF - SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (SUCON/STN/MF)	GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM	LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO
	HÉLIO SANTOS DE OLIVEIRA GOES	LAILA RODRIGUES ROCHA
	MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO	CARLOS ALBERTO MIRANDA MEDEIROS
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	GILBERTO SOUZA MATOS

GRUPO DE GESTORES DE FINANÇAS ESTADUAIS DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (GEFIN/CONFAZ)	JOSE LUIZ MARQUES BARRETO	RICARDO BORGES DE REZENDE
INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB)	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	JORGE PINTO DE CARVALHO JÚNIOR
	LUCIANE HELDWEIN PEREIRA	NATÁLIA APARECIDA FERREIRA
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU).	PATERSON DA ROCHA SEVERO	LEANDRO SANTOS GONÇALVES
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (MPDG)	RODRIGO OLIVEIRA DE FARIA	JOSÉ ROBERTO DE FARIA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (STN/MF)	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	LUIZA HELENA FREITAS DE SA CAVALCANTE
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	ROSILENE OLIVEIRA DE SOUZA
SENADO FEDERAL	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONVIDADOS			
Nome	Órgão	Nome	Órgão
Abmael Evangelista Da Rocha	PREF. DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	Luana Luiza Goncalves De Abreu Hey	Governo de Rondônia
Adriana Vianna Passos Valença	TCE RJ	Lúcia Santiago de Melo Arruda	
Alan Ferreira Da Silva	ASPEC Informática	Lucy Fatima De Assis Freitas	Pref. de BH
Alexvaldo Machado Dos Santos	Nova Instituição	Luiz Antônio Santos Medeiros	TCE de Alagoas
Alice Luciane Rhoden	Sefaz	Luiz Fernando Silva Lima	TC Municípios do Pará
Aluizio Sol Sol De Oliveira	TCE RO	Manoel Matos Da Costa Neto	Pref. de São Francisco do Conde
Alvaro Sierpinski Do Nascimento	Pref. de Pojuca	Marcello Jorge De Castro Azevedo	TCE de Alagoas
Ana Beatriz Sabbag Cunha		Marcelo Augusto Jorge	Acre Previdência
Ana Clara Soares Santana	OUTRO	Marcelo Pierantozzi Gonçalves	Pref. de São Paulo
Ana Paula Brito Martins Da Silva	Outra	Márcia Helena Hokama	TCE MS
Anderson Dos Santos Rocha	Entidades representativas de SEFAZ e Controladorias	Marcia Maria Nantes Dias	Pref. de Campo Grande
Andre Dos Santos Lima	Elmar	Márcio Fernando Vasconcelos Paiva	TCE RN
Andre Jose Da Silva	Conmac Consultoria Contábil	Marcio Martins Loureiro	CGM RJ
Andre Luis Sant Ana Ribeiro	MP BA	Marcos Gertler	
Antonio Candido Morais	TCE RR	Marcos Uchoa De Medeiros	TCE/PB
Arlindo José Siqueira Costa Junior	Entidades representativas de SEFAZ, Contadorias, Controladorias	Marcus Vinicius Passos De Oliveira	Pi Contabilidade Publica
Artur Bernardino Figueiredo Ayres	Outra	Maria Da Conceição	Pref. de São Francisco do Conde
Bruno Raphael Sarmiento Moraes	Ábaco TI	Maria De Fátima Mazera	Pref. de São Paulo
Carleide Maria Bezerra	TJ PE	Maria De Nazaré De Souza Simões	Previdência Social
Carlos Alberto Dos Santos Dornelles	TCE	Maria Helany Da Silva	Sefaz TO
Carlos Alberto F. Ramos	Pref. de Mari	Maria Isabel Da Silva Costa	Pref. SBC
Carlos Antônio De Freitas Junior	Pref. de Goiânia	Maria Luiza Seemann	SEFAZ/SC
Carlos Antonio Freire	TCE RN	Maria Raimunda Alves Pena	Pref. de Pojuca
Carlos César dos Santos Soares		Maristela Moreira Amorim	ABM - Associação Brasileira de Municípios
Cátia Maria Fraguas Veiga	Faculdade CNEC Itajaí	Mariza Nunes	TCE MG

Célia Rodrigues de Carvalho		Maurício Parizotto Lourenço	Sefaz TO
Cláudia Marques De Sousa Toscano	Controladoria Geral	Maxwell De Morais Chianca	Info Public Informática
Cristiane Berriel Lima da Silveira	Acadêmicos de Notório Saber	Maykon Carminatti De Freitas	TCE SC
Cristina Marques Ribeiro	Elmar	Michelle Cuiabano Costa	SEFAZ MT
Daniel Mateus Barreto	STN	Nelson Henrique De Carvalho	ATRICON
Daniela Aparecida Mendes	Entidades representativas de secretarias de fazenda, contadorias ou controladorias municipais ou de órgãos equivalentes	Nilton Rocha Borges	TCE do tocantins
Daniela Parente Soares Da Silva	Pref. de São Francisco do Conde	Orozino Vilas Boas Benevides	MP-AC
Diego Barbosa Duarte	Pref. Vitória da Conquista	Patricia Sarmento Dos Santos	TCE MS
Diego Ramos Ferreira Da Silva	TCE RJ	Paulo Francisco Ferreira	Sefaz PE
Dreone	Município de Luzerna	Paulo Mauricio De Oliveira Duarte	Pref. de São Paulo
Eduardo José de Macedo Júnior		Placido Cesar Paiva Martins Junior	TCE PB
Eliane Magda Rocha	Pref. de São Paulo	Raimundo Gibernon De Almeida	Sefaz Bahia
Elisangela Santos Fernandes		Renato Cristiano Correa dos Santos	CONFEEF
Elizabeth Regina Queiroz	TCE MG	Renato Da Costa Usier	STN
Elma Marília Vieira De Carvalho	Pref. de Camaçari	Renato Ferreira Costa	Sefaz, contadorias, controladorias ou órgãos equivalentes responsáveis pela gestão contábil, fiscal e/ou de controle interno dos Estados e do DF no âmbito do Executivo, Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público
Emerson Onofre Pereira	Pref. de São Paulo	Ricardo André De Holanda Leite	Sefaz AL
Erika Oliveira Dos Santos Lima	CGE Paraíba	Ricardo Ferraz De Lima	Convidado
Erondino Santos Silva Junior	Conmac Consultoria Contábil	Ricardo Guerra	RMG Informática
Evaldo Pereira De Souza	Conselho Regional de Contabilidade da Bahia - CRCB	Ricardo Jacobina Bezerra	Sefaz
Fernando Mercês Guimarães	Sefaz bahia	Ricardo José Da Silva	TCE SC
Flávia Ferreira De Moura	TJ PE	Ricardo Josué Gonçalves Dos Santos	TCE
Francisco Dos Santos	Pref. de São Francisco do Conde	Ricardo Medeiros De Queiroz	CENCAP
Gabriela Gonçalves De Souza Brígido	MP AC	Rodolfo Fernandes Kezerle	TCE RO
Gerson Raimundo De Santanna Filho	Pref. de Camaçari	Rodrigo Mathias Praxedes Da Silva	Representante SEFAZ e Controladorias
Giovanna Fernanda Borges	Logus Informática	Rodrigo Noletto Paz	TCDF
Gislaine Messias De Lima	STN/CCONF	Rosa De Almeida Guterres	Sefaz
Gislene Rodrigues Menezes	TCE RO	Rosane Moretti	TCE-RS
Gissele Souza De Franceschi Nunes	TCE SC	Sandoval Costa Neto	TJ Bahia
Guilherme Maciel Mafra	Pref. de Balneário Camboriú	Sandra Pereira Mezzomo	TCE RS

Guilherme Speroni Lentz	Sefaz	Sergio Pires Teixeira Mendes	Sefaz RJ
Gustavo Felipe Ripper Chalhó Tupinambá	TCM SP	Sergio Silva Dos	Outra
Gustavo Manoel Espíndola	Município de Balneário Camboriú	Silvia Silva De Souza	Entidades representativas de secretarias de fazenda, contadorias ou controladorias municipais ou de órgãos equivalentes
Helena Velma dos Santos Martins		Sonete Diogo Pereira	Pref. de Ji-Parana
Hélio Silveira Antunes	TCE-SC	Soraya Fernanda Coelho Mora Matos	TCE/RR
Helvilane Maria Abreu Araujo	TCE/MA	Sorayma Soares De Almeida Viana	TCE/RR
Henrique Aparecido Vicente	SBCPREV	Sylvana Maria De Carvalho Carlini	Sefaz
Héverton Almeida De Andrade	Sefaz RO	Thiago Marghoti Honorio Bueno	Outra
Higo Henrique Mariano da Silva		Tiago Santos De Jesus	Outra
Ian Dias Veloso De Almeida	CGE RJ	Ulisses Anacleto Pereira Orlando	
Izaías Profeta De Macedo Neto	Câmara Entre Rios	Valberto Alves Abreu	Sefin Fortaleza
Izamaría de Sena Rabelo		Victor Lamark	Aspec
Janeth Aparecida Lins Queiroz	Pref. de Campo Grande	Wagner Yuichi Capelli	Sefaz, contadorias/ controladorias
Janio Marques De Souza	Pref. de Goiânia	Warley Ferreira Gois	GEFIN/CONFAZ
Jany Mary Barbosa Pereira	Sefaz AL	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Jean Cacio Quirino De Queiroz	MF	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
João Marcos M. Scaramelli	Elotech	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Jonatas Soares Araújo	TCE TO	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Jorge Uchôa De Medeiros	TJ PB	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Alexandre de Aquino Neto		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Jose Augusto Barbosa Guimaraes	TCE RJ	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José De Souza Silva	Pref. de São Paulo	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Fernando Domiciano	TCE RO	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Francisco Vieira Júnior	TCE MG	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Jose Hosanan Inacio	Megasoft Informatica	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Márcio de Oliveira	Pref. de Itajobi	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Ricardo Paniagua Justino	TCE MS	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
José Rildo De Moraes Santana	Outra	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Joselia Maria De Sousa Ramos	Entidade Municipal	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Josué Vladimir Granjense De Lima	Logus Tecnologia	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Juliana Fofonka Leal	TCE RS	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Katia Antonia Melo Behrens	Pref. de São Francisco do Conde	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Kátia Roberta Vieira Façanha	Governo do Amapá	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Lawrice Dos Santos Souza	Pref. de Maricá	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Leila Marcia Sousa De Lima Elias	UFPA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Leonardo De Brito Aquino Soares	Sec. de Planejamento e Orçamento	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Lilia Barbosa	TCE-MA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Liliane Lima Da Costa Teixeira	Instituto de Previdência do Estado Do Acre	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Línikek Gabriel Lima Da Silva	Pref. de Macapá	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Loredana Scandiuizi	Consultoria	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Item 8 - Matriz de Saldos Contábeis

Renato Pucci (STN): Fez a apresentação sobre a MSC, abordando temas como compromissos firmados na última CTCONF, Portaria nº 117/19, que alterou a Portaria nº 549/18; esclarecimentos sobre a MSC de encerramento (inclusive o resultado da consulta pública), MSC em 2019 e MSC para 2020, materiais publicados que tratam da MSC (vídeos e cartilha).

Claudia (STN): Fez a apresentação das novas informações complementares para MSC 2020.

Leonardo (STN): Abordou assuntos como envio da MSC por parte dos municípios, evolução da qualidade das informações do início do ano até a presente data, questões relacionadas aos efeitos da prorrogação dos prazos, proposta de implantação do ranking da qualidade das informações dos entes etc.

Gildenora (STN): Comentou sobre os desafios relacionados à heterogeneidade dos entes da Federação e à dicotomia existente entre a seara normatizadora e a executora.

Inscrições para discussão:

- Membros: Ericsson / Ricardo Rocha / Ricardo Borges Resende / Barreto / Manuel Roque / Rafael / Mazerini / Jorge Carvalho / Luciane / Diana
- Assessores: Laila / Suani
- Convidados: Wagner / José Ozanam / Cláudia / Cátia / Dreone / Leila / Victor Lamark / Cristiane

Ericsson (Abrarf): Apresentou quatro pontos: i. sobre as adequações das naturezas de despesa, sugeriu que saia o mais rápido possível para que os entes adequem seus orçamentos já na elaboração dos PLOAS de 2020. ii. Quanto ao reenvio das MSC dos municípios, informou que o TCE-ES já não deixa que seja feito reprocessamento mensal há algum tempo. Como sabe que a federação é distinta, acha que um prazo para adequação, conforme proposto, seria bastante interessante, pois exige um processo de organização dentro do município muito forte. Afirmou que espera que o SIOPE e o SIOPS utilizem as informações da MSC. iii. Com relação ao sistema único, apresentou a situação de Vitória – não deu certo quando os Poderes utilizavam bases separadas – é preciso um sistema único, senão a consolidação dá errado, com base na experiência de Vitória/ES. Já enviam XML ao Tribunal de Contas, não há qualquer papel, e todos os balanços já saem pelo tribunal. É um processo interessante, que funciona, para o qual ele não levava fé, mas que funcionou. Entende que é mais uma questão de organização dos municípios que de ser impossível de fazer. Toda a contabilidade de Vitória já é eletrônica e fechada automaticamente. É preciso convencer os gestores de que isso precisa ser feito. Elogiou o trabalho do TCE-ES com a STN.

Claudia (STN): Respondeu, em relação ao prazo de publicação, estava previsto para março e abril, no entanto, houve a necessidade de incluir no conjunto uma nova informação complementar, e também queria apresenta-la à CTCONF, devido a sua importância, bem como pelo fato de não haver ainda a definição de natureza de receita, etc., seria importante ouvir todas as opiniões antes de fechar o processo, a expectativa de publicação do novo conjunto de informações complementares para 2020 é até o final de maio.

Ricardo Rocha (Academia): Concordou com a mudança proposta para identificar os valores advindos das emendas parlamentares individuais. Por mais que haja um problema de série histórica, há alterações que se fazem necessárias. Argumentou que as emendas são de diversas naturezas, por isso as naturezas de receita que estavam abertas para isso não atendiam. Adequação das despesas já foi tratada, mas destaca a necessidade de alinhamento com o Siope - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação e Siops – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, para que tenha a mesma informação. Sobre o reenvio, fez consulta ao SPED, verificou que o setor privado permite o reenvio das informações; uma forma de simplificação é permitir a retransmissão dentro do prazo, e somente após este exigir explicações. Argumentou que a informatização possibilita rever processos. É um processo que requer tempo, a curva de aprendizagem deve ir até aproximadamente 2022. Considera que há necessidade de permitir a retransmissão.

Ricardo Borges (GEFIN): Registrou que qualquer alteração que ocorra em uma informação complementar gera reflexos nos sistemas e extrações para carregar no Siconfi. Pelo volume de dados, seria impossível realizar manualmente. Complemento de fonte, por exemplo, para o Estado de Goiás tem que virar uma conta corrente no plano de contas. Precisam de um prazo de um exercício para fazer isso. Nesse sentido, afirmou que qualquer alteração que impacte em questões do orçamento, faz com que retroaja mais ainda. Já estão no ciclo de elaboração do PLOA 2020. Se o conjunto de informações sair apenas no segundo semestre, já extrapolou o período e não conseguem mais fazer as alterações. Assim, pede que isso saia o quanto antes, até em função do período de elaboração de orçamentos dos entes. Destacou que a compatibilização de prazos é fundamental. Também reconheceu que o Siconfi avançou na geração dos relatórios, mas que, na experiência de Goiás, ainda não conseguem

gerar os relatórios automaticamente. Solicitou, assim, um sistema de verificação da matriz antes homologação para que possam fazer uma validação. Alegou perder toda a prerrogativa de análise com o processo atual. Também informa que, como todas as informações da MSC são públicas, ocorreu que estão publicando informações divergentes (pelos relatórios fiscais e pela Matriz), e já foram questionados por órgãos de controle e imprensa acerca das divergências. Argumentou que é uma preocupação, pois o contador pode ser responsabilizado por isso, por algo que está em desenvolvimento. Pontualmente, destacou essas questões chave: responsabilidade técnica e prazos. Precisa deixar isso muito claro para ter tempo de implantação.

Leonardo (STN): Respondeu que a questão de responsabilização é um dos pontos-chave a serem discutidos com os tribunais nos termos do Acordo de Cooperação Técnica- ACT. Estão definindo quando seria o momento adequado para auditar os dados da matriz de uma forma mais consistente.

Barreto (GEFIN): Comentou que o desafio está sendo grande, e o GEFIN, em seus 27 estados apoiam as iniciativas. É fantástico quando começam a trazer informações e estas passam a sensibilizar os gestores, a sociedade e os controles interno e externo. Mas, sendo realista, isso não é uma bala de prata que resolverá todos os problemas e que seja possível ser implementada do dia para a noite. Solicitou a prorrogação dos prazos pois não contaram com o devido apoio necessário dos gestores. O caminho é a informação dentro da contabilidade, que é tempestiva, fidedigna e verificável. Há necessidade de convencimento, ainda, nos estados. Tem estados mais e outros menos avançados no processo de integração. Insiste que a STN sinalize a necessidade de um padrão mínimo de estrutura de contabilidade para funcionamento. “É fonte de informação para todos os stakeholders. É preciso sensibilizar e buscar apoio.”

Manuel Roque (GEFIN): Sobre a criação de novas informações complementares, fez uma reflexão sobre que é preciso pensar na contabilidade primeiro olhando para os relatórios, definindo o que é preciso gerar de informação no relatório, para que se vá desenhando a contabilidade. Precisamos de informações que sustentem essa elaboração. Porém, essa mudança o tempo todo, “muda o relatório, muda a matriz, muda o relatório, muda a matriz”, dificulta muito o processo. É preciso caminhar para buscar a estabilidade, senão não haverá produtos de qualidade. Pensar formas de facilitar a geração dos relatórios é algo positivo, mas é preciso levar em consideração as mudanças de sistemas necessárias (parte de TI). Sugere, em nome do GEFIN, que as alterações aqui propostas passem para 2021, porque a origem da informação precisa ser adaptada. O prazo de 31/03 definido para envio da matriz de encerramento traz problemas para os entes que têm prazos mais estendidos para entregar seus relatórios para os tribunais, pois pode haver ajustes na contabilidade durante esse período de desencontro. Sugeriu o prazo até final de maio ou próximo disso.

Claudia (STN): Em relação à alteração do prazo para a implantação da nova informação complementar, entende que ela vem atender à necessidade de informações que já existem nos demonstrativos, era a informação que faltava para permitir elaborar os relatórios já existentes. Informou que ainda falta trabalhar com Saúde e Educação. Quando for trabalhar com esses dois demonstrativos, talvez identifique outras necessidades. Tenta trabalhar com o que é preciso gerar e o que se precisa para isso. Nesse processo, foi preciso alterar alguns demonstrativos para os quais era quase impossível obter a informação. Houve ajustes e alterações, e o detalhamento da fonte veio nesse sentido. A ideia é já colocar na MSC de 2020 para ter a informação daquilo que é necessário, mas sem as validações de obrigatoriedade do envio dessa informação complementar. Estamos, por exemplo, discutindo as fontes de recursos nos ativos e passivos financeiros, mas isso não ainda é validado na matriz, de modo a impedir o recebimento sem essa informação. É importante sinalizar as informações necessárias para que os entes já possam se preparar. O que se quer deixar claro é isso – há tempo para ajuste, há previsibilidade, não haverá impedimento de envio da matriz por causa dessa informação em 2020, como não há ainda para fonte de recursos. Quando as validações impeditivas forem colocadas na MSC passarão pela CCONF.

Renato (STN): Destacou dois pontos: i. Sistema de teste: é um pleito dos estados e municípios e é algo muito complicado de ser realizado. Estudam-se alternativas para minimizar estes problemas. Estudam possibilidades para criar outra ferramenta, mas é algo muito complexo e que não pode ser mudado do dia para a noite. ii. diferenciação entre o que é a matriz de encerramento e o que é a prestação de contas. A prestação de contas envolve outras informações, que não apenas as contábeis. Aqui, trabalhamos apenas com questões de execução contábil. Afirmou que desconhece sistemas que ficam abertos por muito tempo (até 31 de maio para fazer alguma alteração), e há embasamento no próprio decreto de requisitos mínimos – a questão do prazo no qual o sistema tem que ficar aberto para realizar os ajustes, de modo que nada foi inventado pela CCONF – há sempre embasamento legal. Foi permitida uma prorrogação do prazo, atendendo parcialmente o pleito. Sabe que há realidades distintas, prazos distintos, que não é algo padronizado, mas que é possível compatibilizar. Precisa fazer a diferenciação entre o que é matriz de encerramento e o que é prestação de contas.

Leonardo (STN): Pediu para identificar os ajustes necessários, e compatibilizar com os sistemas e prazos.

Ricardo Borges (GEFIN-GO): Esclareceu que são ajustes patrimoniais, de encerramento de balanço, como questões de dívida ativa, de empresas estatais etc., que são informações que chegam posteriormente.

Rafael (CNM): Argumentou que o ideal é o envio de uma informação só que alimente todos os sistemas. Explicou que havia trauma das prefeituras em enviar informações para a CEF (SISTN), e os problemas decorrentes disso. Informou que há problemas, traumas criados e tudo isso terá que ser superado e reconstruído com a Matriz. Passar mais um ano fazendo “de-para” Siop e Siops, na questão da receita, que também é do governo federal, poderia estar tudo junto, leva à sensação de dificuldades, e são barreiras que tem que ser vencidas no dia a dia.

Outro ponto diz respeito aos tribunais, saber por que as informações do rascunho gerado não batem com as informações do relatório da LRF, e isso ocorre porque os tribunais têm regras diferentes. Os municípios se organizam para atender o tribunal, antes de tudo. Se os números do Siconfi e do Relatório oficial não batem, tem-se que ajustar algum valor, ou mesmo explicar a razão das diferenças. Esses são alguns pontos que mostram as dificuldades do dia a dia, que não podem ser ignoradas. Os municípios, além de equipes reduzidas, têm problemas com softwares. Concorda com as alterações de prazo de valer somente para anos seguintes, é difícil alterar para os orçamentos em andamento. Importante a questão do reenvio (por solicitação e não um reenvio qualquer) para manter a qualidade da informação.

Mazerini (ATRICON): Colocou os seguintes aspectos: 1º. Detalhamento adicional na fonte de recursos: no TCE-PI já se usa esse detalhamento, mas o utiliza na execução, tanto da receita quanto da despesa. Explicou que há problemas para trazer esse detalhamento para a previsão. Também entende que deixar aberto para que o ente escolha a combinação é problemático. Entende que se deve marcar as combinações possíveis e que deve ser restrito à execução. 2º. Em relação a esse detalhamento no caso do mapeamento do RPPS. Despesas brutas de pessoal consideram aspectos relacionados a fontes de recursos. O próprio MDF não orienta neste sentido. Apenas na parte de dedução de recursos vinculados, que vem do fundo de previdência, será necessária. Entende que especificar fontes para a despesa custeada com recursos que o tesouro aportou para cobertura de déficits seria algo problemático. 3º com relação à receita de emendas individuais, considera que a combinação de fontes gera dúvidas. Citou o caso da centralização das emendas individuais no SUS. Considera que a solução é boa, mas precisa ser amadurecida com relação ao uso e ao momento. 4º excessivo uso de fontes para o FUNDEB., considera que seria possível reduzir, ficando apenas com uma fonte, com o detalhamento em 40-60. 5º Sobre o subelemento de despesa – portaria STN 448 que detalha subelementos para alguns elementos (30, 36, 39, 52, etc.). Percebeu que, no rol de ND publicado, não houve uma compatibilização entre os normativos. 6º Com relação às mudanças nos subelementos das despesas, devem ser avaliados os impactos nos RP, talvez tenha que fazer um de-para. 7º evitar subelementos de descrição outros, sugeriu colocar um limitador de 10% para evitar o uso expressivo desse subelemento; 8º solicitou, se possível, trazer descrição para o subelemento. Sabe que são muitos, mas algumas vezes são muito confusos. É interessante uma orientação sobre o que significa cada subelemento do rol.

Claudia (STN): Respondeu que o rol de subelementos da matriz não é um ementário da despesa, não é um rol extensivo, não tem que usar somente os que estão especificados, é uma estrutura mínima de identificação do que é relevante para gerar os demonstrativos fiscais e as informações de saúde e educação. Estão abertos os que são importantes, mas haverá um tanto de outros. Não pode limitar o subelemento outros porque não é um ementário. Quando tivermos um ementário de despesa, será outro tratamento. No caso das Fontes do FUNDEB, considera que é preciso amadurecer a discussão. Há duas formas de trabalhar com as fontes do FUNDEB para atender as necessidades diferentes. Podemos rever, mas precisa avaliar, não será imediatamente. Sobre o detalhamento da fonte para a despesa bruta de pessoal, considera que é importante para identificar os poderes e órgãos, mas irá considerar todas as fontes que suportem o pagamento de benefícios de inativos e pensionistas, e não apenas 410 e 420.

Jorge Carvalho (IRB): Elogiou pelo projeto da MSC. Entende que este é o caminho e a conjugação dos esforços tecnológicos com as auditorias financeiras é fundamental para transformar a realidade e a qualidade da informação contábil prestada à sociedade. A MSC é uma prova de que a tecnologia está a serviço da contabilidade, e a profissão de contador não está em extinção, muito pelo contrário, e o projeto da MSC é a materialização dessa realidade. Assim, comentou que foi surpreendido por um projeto da Câmara dos Deputados, que susta a norma da STN que instituiu a MSC. Questionou a STN sobre o que está sendo feito para gerenciar esse risco e se há alguma iniciativa para barrar isso e sensibilizar os parlamentares com relação à importância do projeto. Também questionou sobre a Natureza de Despesa 4.4.90.04, que é para contratação temporária de pessoal para realização de investimentos e que deveria estar mapeado no demonstrativo de despesas com pessoal. Questionou se agora é possível combinar elementos de despesas com pessoal com GND de Investimentos.

Gildenora (STN): Respondeu que diariamente há projetos que surpreendem a STN. Comentou sobre o exemplo de SP que possui uma série de contratos no que diz respeito às questões das OS. Chegou à STN uma proposta de decreto legislativo para suspender a Portaria nº 233. Se isso acontecer, então passa a valer imediatamente a regra do MDF de inclusão das despesas

com pessoal das OS no cálculo das despesas com pessoal total dos entes. Contudo, estamos sempre tentando alinhar com os entes. Na questão da MSC, a ação foi envolver a assessoria parlamentar para tentar explicar as nossas iniciativas. Querem não apenas convencer os parlamentares com informações, mas mostrar a eles o que é o projeto da MSC. No mais, o patrocínio é fundamental, e o Secretário Mansueto tem dado todo o apoio às iniciativas de sensibilização dos parlamentares. Colocou que a MSC é um projeto de todos, e que tem por consequência o fortalecimento da Contabilidade Pública. Ressaltou que estamos em um processo educativo, de construção de uma cultura, e que o foco do trabalho não são as penalidades, mas sim as mudanças que devem ser feitas em benefício da sociedade. Comentou que a derrubada da Portaria nº 233 é prejudicial aos entes e a sustação da MSC é um retrocesso, por ser ela o instrumento para fortalecer as finanças públicas. Pediu o apoio dos membros nessas iniciativas de explicação e divulgação do que é a MSC.

Luciane (IRB): Comentou que alguns pontos já foram abordados, mas sobre a portaria de OS, ressaltou que é importante ajustar o termo Organização da Sociedade Civil (OSC), que consta na Portaria e na Nota Técnica, pois pode gerar questões jurídicas. A portaria está explicitamente prorrogando o prazo apenas para as OSCs. Esse termo não dá segurança jurídica para as outras situações. Em relação à MSC, alegou que os municípios do RS estão entregando satisfatoriamente a matriz, até pelo histórico e pelo fato de que o RS sempre acompanha a experiência da União. Há problemas, mas os municípios conseguem fazer o de-para para atender as questões federais. Também entende que, apesar das divergências de entendimentos, o RS tem procurado seguir as orientações federais na parte contábil. Também constituíram, no âmbito do Rio Grande do Sul, um grupo para reestudar os entendimentos antigos existentes no âmbito do TCE-RS. Com relação ao reenvio e ajustes, informa que o TCE-RS faz auditoria *in loco*, e que tem trazido para dentro dos dados aspectos de terceirização, substituição de mão de obra e afins; isso faz com que se altere os valores de despesas de pessoal, de modo que as alterações nos números de despesa de pessoal podem ser ajustados por questões bem específicas, e assim, no sistema do tribunal, não são dados contábeis e sim dados fiscais. Assim, entende que é possível fazer uma autodeclaração, e isso pode ser estudado para manter os dados mais fidedignos.

Gildenora (STN): Respondeu que, ato contínuo à CCONF, vamos analisar os argumentos apresentados e tentar ajustar essas questões referentes à Portaria 233. Citou os avanços na cooperação com os tribunais. Relatou as dificuldades dos entes da federação, que ficam em dúvida sobre qual normativo seguir: se do tesouro ou dos tribunais de contas. E que o ACT vai trabalhar para dirimir estas dificuldades. Em nome da STN, pede desculpas pela Portaria 233, por não ter conversado antes com os entes. O MDF aprovado de 2018 foi discutido na CCONF. Citou a estratégia dos ajustes pontuais no MDF, que serão discutidos no âmbito do ACT.

Jorge Carvalho (IRB): Comentou que já que foi citada a nova estrutura do MDF, solicitou que seja registrado em ata as ressalvas do IRB acerca do ponto em questão.

Diana (CNM): Comentou sobre a Portaria das OS, caso tivesse sido articulada entre os membros, talvez poderiam ajudar com a atuação parlamentar. Comentou que é fundamental estabelecer essa parceria, para facilitar os esclarecimentos no Congresso. Considera que se houve questionamento acerca da Portaria nº 233, na sequência, certamente vão tentar suspender no MDF. Entende que assuntos de repercussão devem circular por e-mail junto aos membros, para que deliberem tempestivamente e tentem segurar eventuais iniciativas em contrário do parlamento. Sobre as dificuldades na adoção da matriz, acredita que há três pontos com impacto nos municípios pequenos:

1º o fato de os tribunais trabalharem com fontes diferentes;

2º não trabalhar com o PCASP estendido; e

3º não trabalhar com contas correntes.

Seus sistemas contábeis são muito limitados. Tem que enfrentar essa discussão para superar essa limitação de ficar fazendo “de-para”. Sugeriu trabalhar para equalizar as fontes; implantar o PCASP Estendido e uma forma de os municípios não terem que trabalhar com contas correntes, pois manter informações orçamentárias em um sistema à parte é inadmissível. Entende que a MSC não bate com o Siconfi e não bate com a informação sendo enviada para o tribunal: são três informações diferentes. Como membro do sistema S, do CRC, etc., considera que a categoria contábil está sendo exposta, por enviar informações diferentes sobre o mesmo período, e está deixando de observar o código de ética profissional, pode ser enquadrado, responsabilizado, sobretudo após a funcionalidade do sistema auditar os contadores na proximidade com o CFC.

Sobre a adoção do XBRL, questionou qual será o custo disso para os municípios, conversou com o pessoal de SP e acredita que isso pode não ser necessário. Pelo que foi colocado na CCONF, parece ser fundamental que ele seja implantado. Questionou se é tão caro assim e sugeriu que se faça convênios e parcerias para ajudar os municípios, esclarecendo do que se trata o XBRL. A CNM apoia integralmente o envio da matriz pelos tribunais. Informou que a CNM também fez um acordo de cooperação técnica com ATRICON, IRB e ABRACON. Esse seria o mundo perfeito, sobretudo para os pequenos municípios. A CNM tem feito um projeto de tirar a MSC do CAUC – não é contra a matriz, mas a favor do CAUC. Não quer que aconteça com a MSC o que

aconteceu com o CRP (houve judicialização do CRP, tornando-o inefetivo), considera que o próximo passo será judicializar o CAUC.

Leonardo (STN): Explicou que essa questão do XBRL não é uma necessidade. Esclareceu que o XBRL é da instância interna do Tesouro. Não há necessidade de os municípios terem um conhecimento amplo sobre isso. Os entes podem usar CSV em Excel e outros formatos básicos. Colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos sobre o assunto para a representante, à sustação do ato, foca apenas no mecanismo punitivo, que é o CAUC, para não ter problema com o CAUC basta que o ente envie a informação.

Com relação à responsabilização, não há exposição do contador, mas apenas em caso de fraudes. A STN apenas encaminha para o CFC e CRC para que os órgãos responsáveis apurem. Caso se afastasse a penalidade, prejudicaria todo o processo, porque torna sem efetividade.

Renato (STN): Comentou que o XBRL ainda não é um padrão muito difundido no país, mas também não é uma novidade – desde 2015 já são feitos workshops para apoio institucional, e se colocou à disposição para a realização de novos treinamentos. Ademais, o XBRL não é impeditivo e não é obrigatório o envio das informações por meio do XBRL – pode-se mandar informações para o Siconfi por meio de outros formatos. O XBRL é o coração do Siconfi, mas não o envio neste formato por parte dos entes da Federação. O XBRL não é um empecilho ou dificultador do processo, mas um grande facilitador. Explicou que o XBRL é mais de gestão interna da STN que de questões externas. Ressaltou que estão sendo realizadas ações para divulgar os materiais seja no formato EAD como foi feito com os vídeos da matriz, e estão buscando novas formas de apoio aos entes subnacionais etc.

Gildenora (STN): Respondeu que, em 2016, a Secretaria Ana Paula Vescovi informou ter conversado com o presidente do TCE-ES e disse que este havia reclamado que o investimento feito pelo TCE ia ser perdido. Gildenora então convidou o Zannoti, Gleidson e equipe do TCE-ES para apresentar o trabalho (SICONFI, XBRL e MSC) que estava sendo desenvolvido, e estes, entenderam o que era o Siconfi / XBRL e houve um processo de sinergia, aproximação e avanços. Com isso, surgiu um acordo de cooperação técnica com o TCE-ES, que está sendo muito bem-sucedido. Fez um convite à participação na SECOFEM. Colocou-se à disposição para colaborar. Esclareceu que o XBRL não traz custo algum para a utilização da MSC. Salientou que o município não precisa se preocupar com isso, porque o XBRL faz a leitura em vários outros formatos.

Leandro (STN): Sobre a questão do XBRL, explicou que estão trabalhando para combater essa visão de que o XBRL traz custos adicionais e de que o Siconfi iria impor o XBRL para todos os entes. O XBRL não é obrigatório e não traz custos adicionais para os entes. A equipe vai trabalhar para incentivar seu uso, mas não obrigar.

Laila (RO): Afirmou que o sistema não fica aberto até dia 31, apenas preenchem algumas informações de controle patrimonial. Não há mudança de informação no sistema contábil. Com relação às informações complementares, ponderou que é preciso discutir a questão das contas correntes. Afirmou que é preciso esclarecer o que significa adequação de informação X manipulação de informação, pois o detalhamento das fontes para o tribunal é diferente do da STN, com isso, os entes têm que fazer um “de-para” para a matriz, isso é apenas uma adequação e não manipulação. Ainda sobre as informações complementares, há divergências entre informações contábeis e informações fiscais, questionou qual o tratamento correto para os Restos a Pagar (manutenção ou reinscrição), pois há a Lei 4.320 e acórdãos do tribunal com orientações divergentes. Mantém em conta de controle para a matriz, mas é uma adequação para tentar enviar a informação o mais correta possível. Quanto a questão do foneamento da disponibilidade financeira informou que também é feito um “de-para” para adequar a informação e não para manipular. Com relação às naturezas tanto da receita quanto da despesa, confrontam o orçamento, por exemplo, na questão dos precatórios e de sentenças judiciais, pois o MTO é diferente do MCASP, há problemas por causa das regras da matriz. Solicitou a prorrogação do prazo para 2021. Na questão das OS, seria melhor tentar informar a Natureza de Despesa 339034, pois implica na questão da saúde, prefere enviar a informação íntegra do que apenas informar sem ter muita certeza apenas para atender à matriz.

Suani (Abrarf): Sobre a MSC, com o mapeamento da LRF, é possível fazer algumas observações no manual, analisar se os critérios que os entes estão utilizando está correto, muitas vezes o MDF não era muito explícito e pelos mapeamentos já se consegue visualizar melhor as regras. O contador quer ver o resultado, saber o que as informações estão gerando, saber por que seu demonstrativo gerado não está conciliado com o do município. Solicitou que os entes pudessem enviar anteriormente para poder fazer um comparativo do que está sendo gerado com o que foi homologado. E ele critica a diferença, já que não existe ambiente de teste para conferir as alterações. O ideal seria ter um ambiente de teste para poder checar a matriz enviada antes da homologação. Tem que esperar dois meses para corrigir e ver se os erros foram sanados e as correções estão ok. Sugeriu que, se fosse possível, houvesse um ambiente de teste para os demonstrativos. Fez uma observação sobre a

harmonização de informações do cálculo dos resultados primário e nominal, pediu explicações sobre os critérios utilizados nos manuais e na LDO.

Wagner (GEFIN): Argumentou que o assunto da matriz é legal porque contadores passam a falar de análise de sistemas. A ideia é discutir os sistemas e padrões dentro de fóruns específicos, tipo o Fórum do Siconfi. A tendência é que os municípios terão que adaptar seus sistemas para o cumprimento das normas. Considera que essa discussão também poderia ser fora da CCONF. Sobre os três feedbacks, i. o GEFIN fez uma análise do GEFIN da matriz de todos os estados: explicou que há todo um processo para envio, com diferentes realidades. Há estados com problemas, alguns apresentam muitos registros com muitas contas contábeis e poucas informações complementares ou com poucas contas contábeis e muitas informações complementares, são problemas diversos, não dá para padronizar. É um processo evolutivo, mas estão se esforçando para conseguir avançar. ii. questionou por que permitir o reenvio? Verificou que o problema era no java e não na máquina, o problema era na aplicação, e não daria tempo para que o SERPRO analisasse. Enviou uma MSC reduzida, para que cada poder e órgão pudesse ajustar seus demonstrativos, mas a matriz estava comprometida. Assim, entende que alguma solução, como o token do governador, deve ser estudada para reabrir os relatórios homologados, podendo inserir nota explicativa para explicar. Considera que seria uma possibilidade a proposta de entrar com uma matriz depois da homologação com nota explicativa.

José Ozanam (Convidado): Sobre o reenvio considerou que é importante, em particular nesse momento de ajustes e adequação. Não entendeu a questão do reenvio apenas pelo Executivo e pelos outros órgãos. Acredita que o adiamento dos prazos apenas posterga o problema. É favorável à matriz, pois considera que vai trazer benefícios muito grandes, mas é um grande desafio: são muitas informações, o que a torna quase impossível de ser adequadamente enviada. Espera chegar o momento em que a matriz consiga atender a todos os órgãos para os quais os entes devem enviar informações. Isso vai gerar uma economia de vida para o contador e uma economia de recursos para o Estado brasileiro. Contudo, deve ser algo a ser perseguido, pois elimina redundâncias. É favorável que os ajustes permaneçam válidos para 2020 mesmo. Questionou sobre o ajustamento das fontes para 2020 também, e que a MSC já consiga atender o SIOPE e o SIOPS. Sobre o prazo de entrega para 31 de março, considera que já é bem melhor que 28 de fevereiro, mas o ideal seria chegar até 30 de abril, que é a data para atender grande parte dos tribunais na entrega dos balanços.

Cláudia (Convidada -PB): Parabenizou Renato e equipe pela celeridade nas respostas. Comentou que se entendem muito bem. Pediu confirmação sobre o rascunho, se o ente ainda não homologou, é possível enviar nova matriz para sobrepor o que já foi informado anteriormente. Questionou sobre o Anexo 14 do RREO, se teria como fazer seu preenchimento automaticamente e já trazer os valores correspondentes dos demais anexos. Questionou sobre se houve avanço na questão da integração do SICONV com os sistemas dos entes. Explicou que é um retrabalho muito grande para os Estados. Relatou ao Ulisses (SIOPE) que PB possui grande dificuldade no preenchimento do SIOPE, por causa críticas impeditivas do envio das informações devido à situação específica do Estado no processamento da folha de pagamento dos professores.

Cátia (Convidada -SC): Pontuou a questão do reenvio, solicitou que compreendessem a situação dos municípios. Municípios fizeram o preenchimento do 1º bimestre por meio da planilha Excel. Agora querem enviar a matriz, mas precisam de um ambiente de teste, pois podem surgir problemas no 2º bimestre. É necessário pensar na possibilidade do reenvio da matriz nesse momento de transição e amadurecimento da MSC para o ente conseguir confirmar suas informações. Como tratar a transparência da informação para a sociedade no caso em que o ente enviou em Excel um bimestre e depois passou a enviar a matriz, logo a informação do Excel pode não bater com o rascunho gerado. O ente tem que fazer muitas manipulações ou por causa das regras dos tribunais ou por diferença de contabilização de acordo com o mapeamento e colocar em notas explicativas. Pede que isso esteja claro de alguma forma nas consultas públicas para evitar questionamentos da sociedade. Solicitou que seja possível obter a auditoria das diferenças antes da homologação, para confirmar as alterações e auxiliar nas notas explicativas, e que isso esteja disponível na consulta pública para facilitar o entendimento dos usuários da informação. Concordou com a fala da Diana sobre as fontes de recursos, padronização PCASP Estendido e contas correntes, espera que essas questões possam ser enfrentadas e que os bons sistemas possam chegar aos municípios.

Dreone (Convidado – Luzerna/SC): Informou que Luzerna é um dos poucos municípios que enviou a MSC. Falou que as dificuldades dos pequenos municípios para enviar a matriz são gigantes. A maior parte dos municípios conta apenas com equipes reduzidas. Uma das dificuldades principais que têm que ser enfrentadas são os “de-para”. É preciso acabar com os “de-para”. São diferentes para o tribunal de contas e para a MSC. Sugeriu usar o ACT para unificar a linguagem para facilitar a vida do contador. Também questionou detalhes da estrutura de fontes previdenciárias, separadas por poder, para o RPPS. Questionou a razão dessa diferenciação de fontes se já há o código específico de poder e órgão. Acha que isso pode trazer problemas. Também solicitou que fosse possível verificar as diferenças antes de homologar os relatórios, baixar o rascunho em Excel para fazer a checagem do que foi gerado.

Leila (UFPA): Elogiou as iniciativas da MSC, mas manifestou preocupação com os municípios. A realidade dos pequenos municípios é diferente (principalmente no Estado do Pará), são muitas dificuldades de pessoal, diversidade de sistemas, são dois tribunais para reportar (TCE e TCM), a contabilidade é terceirizada e funciona na capital. Solicitou sensibilização com relação às especificidades regionais. Sugeriu que deveria ter um calendário escalonado para a implantação da MSC nos pequenos municípios (até 50.000 habitantes), como acontece com o PIPCP. Também gostaria do amadurecimento desta nova ferramenta para os municípios, até para que possam ser realizados treinamentos para as prefeituras. Questionou se a STN tem outra estratégia para levar a divulgação da MSC e disseminar o conhecimento, além das Secofem, porque é muito difícil a participação dos municípios nesses eventos, pensar na realidade dos locais remotos.

Victor Lamark (Convidado): Parabenizou pela questão da matriz. Questionou se teria a possibilidade de relacionar as remessas que foram enviadas e as notas que essas remessas receberam. Solicitou que fosse possível receber as informações recebidas a partir dessas remessas, para verificar sua qualidade do que está sendo enviado. Considera que é possível gerar o relatório de despesas com pessoal através do elemento de despesa e PO, não precisa do detalhamento da fonte de recurso por poder e órgão. Entende que a MSC de encerramento deve estar alinhada com a IPC de encerramento de Balanço, na questão da transferência dos saldos das contas extintas. Questionou se teria como relacionar as regras de validação dos sistemas para o ano seguinte, para a informação poder ser analisada na sua geração. Também solicitou um ambiente de teste após a geração do rascunho para a verificação das informações. Outro ponto: discordou sobre o mapeamento, a questão de colocar informação patrimonial no detalhamento de subelemento de despesa, entende que o relatório de despesa de pessoal deveria ser gerado a partir da informação contábil por competência (por VPDs), e não pela informação orçamentária.

Cristiane Berriel (Convidada- PR): Expressou preocupação com o decreto legislativo de suspensão da MSC. Entende que a STN deve procurar mais parcerias, sobretudo por meio do sistema do CFC/CRCs. Há muita carência de ações, e os entes sentem-se bastante sozinhos e precisam de mais apoio. O contador precisa ser um dos agentes defensores da ideia, e hoje ele não entende, porque deve defender isso. É preciso haver conscientização e mais divulgação. Comentou sobre a divergência de informações (ex.: tribunais, portal da transparência e prestação de contas), que é gravíssimo ao ser ver. Entende que o caminho para isso também é a divulgação. Considera que é ponto pacífico que é preciso haver certificação dos sistemas. Há sistemas que ainda não adotam sequer o PCASP Federação, mas por dentro fazem de-para. São vários de-para, é preciso acabar com isso.

Considerações sobre as colocações dos participantes sobre esse tema:

Gildenora (STN): Sobre o SICONV, esclareceu que a equipe agora está sob a gestão do mesmo Ministério (da Economia), dentro da Secretaria de Desburocratização, e que as equipes da STN e do SICONV já estão trabalhando em conjunto e com um objetivo em comum para facilitar a vida dos entes.

Leonardo (STN): Sobre a fala do Wagner, explicou que será criado um subgrupo de estudo de Sistemas, para fazer interface com o ACT com os Tribunais (grupos 2 e 3 de requisitos mínimos e Siconfi/compartilhamento de dados, respectivamente).

Cláudia (STN): Explicou que, como houve um série de dúvidas que foram colocadas, já há um material publicado sobre a nova informação complementar e vai ser melhorada a explicação sobre esse assunto considerando todas as ponderações que foram colocadas, pediu que fossem enviadas à equipe todas as sugestões, dúvidas e questionamentos que foram feitos na reunião até o final da semana que vem. Pois como toda a estrutura da MSC de 2020 será definida até o final de maio, ficaria com mais uma semana para a análise das questões colocadas.

Renato (STN): Complementou a fala da Cláudia com dois comentários: i. abrir um grupo específico de discussão no fórum, vai fazer isso no Fórum da STN até a próxima semana para começar as discussões sobre as questões de sistemas e da matriz. ii. Sobre o reenvio da MSC, há uma lógica de que se algum poder homologou algum relatório, isso impede que o executivo reenvie a matriz, ainda que o poder executivo não tenha homologado seus relatórios, portanto, passa a levar em consideração apenas o reenvio pelo poder executivo. Espera receber as sugestões e questionamentos por e-mail para responder adequadamente todos os pontos e divulgar.

Item 9 – Ranking da Qualidade de Informações Contábeis e Fiscais

Ponto de pauta adiado para discussão no dia 10/05/2019.

Item 10 – PCASP 2020

O tema “PCASP 2020” foi apresentado pela servidora da STN Ana Karolina e o material está disponível no site da STN no link: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/ctconf>. Foram apresentadas as alterações para o PCASP Federação 2020 e PCASP Estendido 2020.

Registro das Discussões:

Jorge de Carvalho (IRB): Fez observação a respeito das contas de retenção no PCASP 2019 que estão registradas no 5º dígito com nível 2 (intra). No processo contábil a retenção da parte do servidor para o regime de previdência vem sendo classificado historicamente com o nível 1 e entende que deve ser utilizado o nível de consolidação, pois o servidor não deve mais nada, quem deve é quem está fazendo a retenção que é unidade da administração pública. Solicita esclarecimentos a respeito do uso dos outros níveis para retenção.

Ana Karolina (STN): Esclareceu que as retenções estão dentro da conta 1.1.3.5 – Depósitos Restituíveis e outros valores vinculados, que não registram somente as retenções. A IPC- Instrução de Procedimentos Contábeis de RPPS- Regime Próprio de Previdência Social, diz que a retenção é feita no nível Consolidação, pois é uma obrigação que parte do particular. Mas essa conta também é utilizada para outras situações que podem ocorrer entre entes que ensejam obrigações entre os entes.

Mazerini (ATRICON): Disse que em 2019 houve a criação de contas de passivo financeiro para a retenção do RPPS e não tem mais opção de lançar no quinto nível 1, isso não é uma faculdade é uma obrigação.

Ana Karolina (STN): A IPC de RPPS considera que as VPA e as VPD devem ser registradas como consolidação e o passivo (obrigação) deve ser intra, por isso foi retirado a conta no nível consolidação e colocou-se no intra. A obrigação do ente de repassar para o RPPS é intra.

Felipe (CFC): Fala a respeito do prazo para a consulta pública. Disse que recebeu e-mail dia 30/04, véspera de feriado e que é um prazo muito exíguo. Pede um prazo mínimo de 30 dias e um ideal de 60 dias. Solicita aumento de prazo para todas as consultas.

Ana Karolina (STN): Afirma que realmente o prazo ficou muito curto e diz que foram muitas alterações, inclusões, exclusões. Se houver postergação do prazo poderá haver postergação de prazo em cadeia, atrasando o prazo de publicação do PCASP Federação, Estendido e da matriz. Diz que tem que verificar a possibilidade de aumento do prazo para a consulta pública, pois se tiver mais tempo para análise na consulta pública, poderá ficar pouco tempo para ajustes no sistema.

Leonardo (STN): Comentou que para 2021 os prazos poderão ser ajustados.

Dreoni (convidado): Lembra que o PCASP Federação é obrigatório e o PCASP Estendido é facultativo e diz que há também diversos tribunais de contas que têm seus próprios plano de contas. Sugere que em um tempo razoável tenha-se um mesmo PCASP, sendo unificados os prazos PCASP Federação e PCASP Estendido.

Leonardo (STN): Disse que a unificação do PCASP é um desejo da STN também e que está caminhando para isso.

Ana Karolina (STN): Destaca que o PCASP Federação é obrigatório para todos entes públicos.

Bruno (ABRAN Tecnologia): Informou que um dos temas de discussão do subgrupo do PCASP era a desincorporação da dívida ativa e que esse assunto ficou um pouco mais abrangente passando a tratar de desincorporação do crédito tributário como um todo. Afirma que dentro desse grupo existiam algumas VPDs sendo enquadradas na retenção de receitas e que na síntese de alterações vê a inativação dos detalhamentos.

Ana Karolina (STN): Disse que as alterações, relativas a dívida ativa, não foram consideradas nesse plano de contas, pois não foram finalizados os estudos. Após a finalização pode ser que haja o acréscimo de algumas contas. As alterações, se necessárias, serão consideradas nas próximas versões.

Ricardo (TCE- SC): Comentou que quando começaram as discussões do PCASP, em 2013, ele alertou o TCE de Santa Catarina para usar um plano único. Então optaram por implementar o PCASP no último momento. Em 2014 foi implementado, depois postergado para 2015, depois veio o PCASP Estendido. O ponto é que o PCASP nunca está estabilizado. Nessa consulta pública são 540 linhas no PCASP Federação. Não estabiliza. Entende que apenas fato novo deve ser incluído no PCASP. Acha um

absurdo ter um volume de alterações dessa natureza. Assim, a posição do TCE de SC é que quando o PCASP estiver estabilizado eles adotarão integralmente o PCASP Estendido.

Leonardo (STN): Disse que os processos de convergência e de mapeamentos evolui e suscita ajustes no plano de contas.

Ana Karolina (STN): Explicou que a tendência é sim de estabilizar, mas há ajustes decorrentes do processo de convergência, dos mapeamentos, e vai estabilizar sim. O plano de contas atende a mais de 5.000 entes, assim é natural que tenha essa dinâmica para atender às demandas dos entes que solicitam inclusões. As alterações também foram decorrentes das demandas do subgrupo, foi um trabalho extenso com vários participantes e representantes dos tribunais de contas, estados, municípios, precisando de um tempo de maturação para estabilizar.

Ricardo (TCE- SC): Entende o processo, mas é preciso estabilizar, até para que uma posição estável seja repassada aos jurisdicionados.

Victor Lamark (convitado): Comentou que o prazo para ajuste é curto e que prefere que a consulta pública seja breve. Pede também que o PCASP Estendido seja o mesmo da matriz. Disse que a criação de contas só deve existir se houver necessidade de extração de informações e que há uma série de casos em que acabam tendo que fazer alterações bem específicas em função das limitações do PCASP.

Ana Karolina (STN): Informou que não há como prever tudo, mas que serão observados os pleitos, como prazos e compatibilização com a MSC.

Cátia (Convitada): Comentou que já foi explicado o tema sobre as consignações, a questão do intra, transferências de saldos, encerramento do ano etc.

Leonardo (STN)– Encerrou esse tema e diz que a votação será eletrônica.

Item 11 – Ementário da Receita 2020

O tema “Ementário da Receita 2020” foi apresentado pela servidora da STN Gabriela Leopoldina e o material está disponível no site da STN no link: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/-/ementario-da-receita-orcamentaria> . Foi apresentada a proposta de alteração para Ementário da Receita 2020, que apresenta mudanças estruturais.

Ricardo Borges (GEFIN): A preocupação é não ser contrário a qualquer tipo de evolução, muito pelo contrário. Contudo, é impossível ajustar o calendário aos prazos propostos pela STN. Para ajustar, seria necessário mudar todo o ciclo orçamentário. Nosso cronograma em Goiás está atrasado e não conseguimos nos adequar ao que pede a STN. Essa mudança só poderia ser aplicada para 2021. Também temos dificuldade com “sucessão entre os códigos”, dado que as mudanças prejudicam bastante a série histórica. Também menciona que o problema com as multas e juros é significativo, e perde-se o rastreamento destas receitas, ficando prejudicada a sucessão.

Leonardo (STN): Mencionou que a crítica é pertinente e os ajustes requerem uma maturação. A STN tem tentado ajustar o calendário para os próximos anos, mas somos sensíveis ao pleito.

Vitor Maciel (ABRACOM): Faz coro às colocações do Ricardo. A proposta apresenta mudanças estruturais que vão modificar todo o processo de receita, e muita coisa terá que ser revista, inclusive o MCASP. Também não foi cumprido o cronograma anterior proposto pela própria STN. Há problemas com as LDO's, que consideraram uma estrutura de ementário nos prazos dados pela STN. Enfim, é necessário um grande esforço e não seria possível fazer um trabalho de qualidade em curto espaço de tempo. Finalizando, entende que a proposta deveria ser para começar a valer com a LDO e LOA 2020, com a execução só em 2021.

Cláudia (STN): Comentou que existe uma dificuldade de desenvolvimento no sistema do SIOPE e do SIOPS, e por isso eles ainda estão utilizando a classificação antiga. Além disso, a alteração proposta hoje no ementário já era para ter ocorrido ano passado e foi adiado em função do grande impacto naqueles sistemas.

Ana Beatriz (SOF): Mencionou que, da parte da União, a alteração proposta do ementário poderia ficar para a elaboração da LOA de 2021. Da parte deles não teria problema de permanecer com esse ementário atual e a nova versão vigorar a partir de 2021.

Wagner (GEFIN): Informou que o ementário da receita está todo “amarrado”. Entende que não está muito claro se o 4º dígito “8” será mantido para estados e municípios. No modelo anterior, os entes tinham liberdade para inserir suas codificações, só que na nova proposta, o modelo ficaria “engessado”, retirando a flexibilização dos entes subnacionais. Além disso, também enfatiza a necessidade de ter um prazo razoável para a aplicação dessas mudanças.

Gabriela (STN): O que se propõe é não mais utilizar o dígito “8” no quarto nível, e sim, a partir do número 50, no 5º e 6º níveis, usar exclusivamente para as necessidades dos entes subnacionais. Estamos propondo a exclusão do dígito “8”, por isso as mudanças estruturais.

Rafael (CNM): Também enfatiza a questão dos prazos, informando que os municípios terão as mesmas dificuldades que os estados. Entende que seria prudente adiar a mudança.

Marcus Vinícius (convidado): Afirma que os prazos são difíceis de serem cumpridos. Pode haver retrabalho, e fica-se em um compasso de espera. Mesmo que se queira dar um passo à frente, é preciso saber se o órgão de controle estará preparado para receber nesse novo formato.

Bruno Moraes (convidado): Faz uma observação sobre o 5º nível, em que parte do intervalo será da SOF e a outra parte ficará com a STN. Pergunta se haverá uma harmonização na criação dos detalhamentos dos códigos dessas duas instituições, já que essa metodologia pode gerar dúvidas quando da aplicação por parte dos entes, podendo gerar problemas na elaboração dos demonstrativos fiscais.

Gabriela (STN): Mencionou que a ideia da proposta é harmonizar ainda mais a criação dos códigos de natureza de receita. O trabalho do ementário é feito conjuntamente com a SOF, para harmonizar essa estrutura, evitando a duplicação de códigos de natureza de receita.

Cátia (convidada): Enfatizou a necessidade da definição de um prazo, até porque já orientaram empresas a esperarem até que a STN publicasse o ementário de modo a não ter retrabalho. As questões de prazos confundem e dificultam a vida dos entes subnacionais. Cita o problema que seria se mais de um projeto tiver que ser enviado para ajustar um PLOA enviado com codificação desatualizada. Ademais, a STN publica o ementário e o Tribunal de Contas analisa e avalia, inclusive, o impacto em seus sistemas, apresentando um período considerável para a realização desse processo. Além disso, no SIOPS estão trabalhando com ementário antigo, o que suscita mais um cuidado senão haverá mais um “de-para”.

Emerson (convidado): Afirmou que, para a elaboração da LOA, o prazo é exíguo demais. Menciona que nos Grupos de Trabalhos de anos anteriores, vieram para pedir uma ampliação do prazo para implementação das mudanças no ementário da receita e à época foi dito que a ideia seria esperar um novo PPA. Sendo assim, sugere que se espere um novo ciclo de PPA para os municípios, em 2022, início da nova gestão municipal.

Leonardo (STN): Os pleitos mencionados são legítimos e o objetivo da CCONF é receber contribuições. Enfatiza o compromisso de se publicar o ementário até o final de março de cada ano. Contudo, para este ano, é preciso avaliar alguns impactos com taxonomia e demais questões de sistemas. Dessa maneira, propõe que seja realizada uma votação (no final de maio/junho) referente à prorrogação para 2021 das modificações propostas no ementário. Se a CCONF entender ser necessário a prorrogação do prazo iremos acatar. Entretanto, menciona a necessidade de avaliar os impactos na taxonomia do Siconfi e nos sistemas, como Siope e Siope.

Item 12 – Potencialidades no uso de dados de Finanças Públicas dos entes da Federação

Apresentação: Fernando Barbalho/STN (representante do GT CEAD): Iniciou a apresentação do BSPN Interativo informando que os dados são retirados da DCA. Explicou que o objetivo é se criar ressignificações dos dados disponíveis no Tesouro Nacional. Utilizou-se os dados do último BSPN, e criaram o BSPN interativo. A intenção é que o usuário final possa criar indicadores contábeis a partir da razão de duas contas contábeis que estiverem presentes no BSPN. Utilizou-se a estrutura da taxonomia do plano de contas, em dois ambientes: numerador e denominador. É possível criar indicadores em gráficos, realizar análises da conta contábil que está ativa, análise vertical da conta do numerador e denominador, visualizar a abertura da taxonomia do plano de contas e fazer os downloads destas análises. O BSPN Interativo ainda não está disponibilizado para o público na internet. Foi criado código aberto como aplicativo livre. Em breve estará disponível no Tesouro Transparente.

Mangualde (STN): Agradeceu ao Fernando Barbalho pela apresentação. Explicou que o BSPN interativo representa uma análise do produto do envio das informações dos entes da Federação para o Tesouro Nacional. Enfatizou que o BSPN não é um mero instrumento de cumprimento da Lei. Ele reflete de fato a realidade das contas dos entes nacionais. Lembrou dos prazos para o envio da DCA pelos entes para a elaboração do BSPN. A equipe do GT-CEAD tem sido uma parceira colaborativa e incentivadora para aprimorar as análises e tornar as informações mais úteis para a sociedade.

Potencialidades no uso da Matriz de Saldos Contábeis - MSC

Apresentação: Leandro Souto/STN

Apresentou alguns slides sobre a potencialidade da análise da MSC. Informou que o SICONFI recebe mensalmente os dados da MSC de cada ente da Federação. Hoje não é possível baixar todas as informações dos entes de uma só vez.

Apresentou um exemplo das possibilidades da análise da MSC no Microsoft Power BI. Os dados referem-se às matrizes enviadas até abril, ou seja, 3 meses de matriz.

Leonardo (STN): Ressaltou que as duas apresentações mostram um pouco sobre o potencial das visualizações de dados na análise da MSC, o que pode agregar muito para o aumento na transparência dos dados para a sociedade.

Vitor Maciel (ABRACOM): Parabenizou a equipe pelo trabalho. Questionou sobre os dados da CAPAG, solicitando trazer alguns elementos que fazem parte deste índice. Relatou sobre um caso em que um município enviou os dados, recebeu CAPAG A ou B, e depois, quando da revisão, viu que estava em um dos últimos da CAPAG. Neste sentido, solicitou que as regras da CAPAG sejam apresentadas claramente para todos.

Josedilton (ATRICON): Parabenizou pela iniciativa. Ressaltou que há muito a ser feito, mas entende que as potencialidades são gigantescas, dado que já tem experiência prévia de elaboração de painéis. Questionou se os dados e os microdados do Power BI estarão disponíveis para a Federação.

Ricardo Rocha (Representante da Academia): Parabenizou pela iniciativa. Informou que há iniciativas excelentes de dados abertos por parte de tribunais, contudo, há reformulações em que se perdem alguns dados ou séries. Ressaltou que isso tudo é parte do processo de amadurecimento, e as informações são úteis para os mais diversos propósitos. Acrescentou que a STN, desde o começo do Siconfi, avançou em muita coisa e não há como voltar. A abertura de dados precisa sempre ser valorizada, indo muito além apenas de dados orçamentários e fiscais. Em certos casos, deseja-se analisar órgãos específicos, como autarquias e afins. Entende que esse é o caminho a ser seguido e parabeniza.

Leonardo (STN): Explicou que é necessário evoluir a partir da MSC. Citou o exemplo do projeto do SICONFI Gerencial que abrangerá uma gigantesca estrutura de dados com a finalidade de realizar consultas específicas.

Wagner (GEFIN): Lembrou que os Estados e as capitais já entregam as MSC desde o ano passado. Sugeriu que o filtro poderia ser aplicado para eles a partir dessa data. Citou uma outra questão que é a disponibilização dessa ferramenta no futuro – todos sofrem quando da disponibilização desses dados e de acessos e interpretações pela imprensa, blogueiros, etc. Neste sentido, sugeriu que sejam disponibilizadas notas que possam esclarecer as informações que são apresentadas.

Leonardo (STN): Esclareceu sobre o processo de elaboração do painel, e do uso da ferramenta Power BI. Informou que em relação ao Power BI, esses relatórios são feitos no programa, e você mesmo monta os gráficos. Serão disponibilizadas as informações para as consultas no Tesouro Transparente.